

AVALIAÇÃO DE ATITUDES DE SUPERVISORES SOBRE O ENSINO SUPERIOR PARA PRAÇAS POLICIAIS MILITARES

Nelson Gonçalves de Souza

ngsouza@gmail.com

Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB)

Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (UCB)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as atitudes dos supervisores policiais da Polícia Militar do Distrito Federal em relação ao ensino superior para praças policiais militares. Ao todo, 44 supervisores participaram da pesquisa e foi utilizado um instrumento para medir atitudes em relação ao ensino superior como promotor de oportunidades profissionais, ferramenta para melhorar o trabalho policial militar e item relevante para a seleção de novos policiais, bem como para o desenvolvimento de oficiais de escalões inferiores. O estudo utilizou a Análise Fatorial por Componentes Principais (PCA) para analisar os dados coletados. Foi evidenciada a atitude positiva dos supervisores em relação ao ensino superior para praças policiais militares, visto como um mecanismo para a melhoria efetiva do trabalho desses profissionais junto à sociedade e como um instrumento para melhorar as relações institucionais com as comunidades, bem como para identificar e solucionar problemas de crime e desordem que podem estar afetando-as. O ensino superior é percebido positivamente como um requisito adequado para ingresso na corporação policial.

PALAVRAS-CHAVE: Atitudes. Ensino Superior. Polícia Militar.



EVALUATION OF SUPERVISORS ATTITUDES ON HIGHER EDUCATION FOR LOW RANK MILITARY POLICE OFFICERS

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the attitudes of police supervisors of the Military Police of the Federal District towards higher education for low-ranking police officers. Forty-four supervisors participated in the research and an instrument was used to measure their attitudes towards higher education as a promoter of professional opportunities, a tool to improve military police work and a relevant item for the selection of new police officers, as well as for the development of low-ranking officers. The study used Factor Analysis with Principal Component Method (PCA) to analyze the data collected. The positive attitude of the supervisors towards higher education for low-ranking officers was evident, seen as a mechanism for the effective improvement of the work of these professionals in society and as an instrument to improve institutional relations with communities, as well as to identify and solve crime and disorder problems that may be affecting them. Higher education is perceived positively as an adequate requirement for joining the police corporation.

KEYWORDS: Attitudes. Higher Education. Military Police.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, a formação policial não tem sido uma temática de real interesse da academia. O reduzido número de estudos realizados no país, que tratam direta ou indiretamente do ensino policial, tem sido recorrentemente objeto de críticas de diferentes setores. Além disso, não conta igualmente com ações propositivas que, de fato, produzam alterações na conduta dos policiais e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços que prestam. De outro lado, as escolas policiais parecem estar focadas exclusivamente no treinamento policial, condicionando-o para o exercício contínuo de procedimentos-padrão que pouco ou nada parecem contribuir para a formação de indivíduos que sejam reflexivamente capazes de lidar com as situações complexas com que se defrontam diariamente. Esse quadro fica bem claro nas palavras de Kant de Lima (2008, p. 289):

A formação policial entre nós [no Brasil] tem sido tradicionalmente centrada na ideia de ‘treinamento’, onde se busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas, como as questões da infância e da adolescência, das drogas, da discriminação social, racial, de gênero, do idoso etc. Em suma, ‘condicionamos’ o policial para obedecer ordens irreflexivamente, a comando, para depois colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das ruas, esperando que ele aja reflexivamente, e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio.

Uma melhor educação policial como caminho para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às comunidades pelas organizações policiais têm sido, entretanto, matéria de discussão desde o início do século XX nos países do eixo anglo-saxão, nos quais estudos diversos vêm sendo conduzidos há décadas, com diferentes resultados.

Países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália, por exemplo, têm cada vez mais colocado atenção sobre o possível papel da educação de nível superior, de dois ou quatro anos de duração, como uma importante variável no avanço das organizações policiais e de seus quadros profissionais (BARO; BURLINGAME, 1999; BUERGER, 2004; CARTER; SAPP; STEPHENS, 1989).

Estudos realizados a partir dos anos 70 registraram algumas diferenças notáveis entre policiais detentores de curso superior e seus colegas que não tinham tal nível educacional. Por exemplo, policiais com nível superior apresentavam altos



índices de satisfação dos cidadãos, assim como, menores índices de reclamações quando comparados com seus colegas com menor nível educacional (KAPPELER, SAPP, & CARTER, 1992; PAOLINE & TERRILL, 2007).

Os estudos até aqui sugerem que policiais com educação superior apresentam melhor comunicação oral e escrita, são mais tolerantes e flexíveis quando interagindo com os cidadãos, adaptam-se melhor às mudanças organizacionais e geralmente demonstram maior profissionalismo em suas atitudes, além de apresentarem menos problemas administrativos (BARO; BURLINGAME, 1999; BUERGER, 2004; CARTER; SAPP; STEPHENS, 1989; KELLING et al., 1974; PAOLINE; TERRILL, 2007; PAYNICH, 2009; ROBERG; BONN, 2004; WEINER, 1974).

Hayeslip (1989) encontrou que policiais com nível educacional superior têm alta motivação, utilizam melhor as técnicas inovadoras e são mais reflexivos em relação aos resultados de suas ações. Além disso, demonstram uma melhor compreensão do papel da polícia e do “mundo da polícia”.

Em relação às atitudes, ou seja, os posicionamentos avaliativos, favoráveis ou desfavoráveis, das pessoas em relação a um objeto social (CHAIKEN, WOOD & EAGLY, 1996 apud TORRES & NEIVA, 2011) comportamentos (ações objetivas em relação a um objeto social, tendo a atitude com um dos possíveis preditores, conforme TORRES & NEIVA, 2011) dos policiais com curso superior em seu trabalho, Paynich (2009) registra, ainda, que são menos dogmáticos, menos autoritários, menos conservadores e mais flexíveis; são menos legalistas e menos apegados ao processo de justiça criminal, ou seja, tendem a encontrar soluções para os problemas dos cidadãos e das comunidades sem recorrer ao sistema de justiça criminal

Paynich (2009) continua relatando que policiais com nível superior são menos sarcásticos e apresentam maior abertura a mudanças; têm uma concepção mais ampla do trabalho e da função policial, e suas atitudes são mais positivas em relação a restrições sobre o poder de polícia; apresentam atitudes mais holísticas em relação ao trabalho policial e dão alto valor à conduta ética; são mais criativos e mais tolerantes em relação a pessoas com diferentes estilos de vida, etnia ou religião.



Os resultados obtidos internacionalmente parecem respaldar a adoção do ensino superior como um caminho adequado. Todavia, as poucas experiências realizadas no Brasil ainda requerem avaliação profunda, o que torna relevantes as pesquisas nesse campo.

Em 2007 a Polícia Militar do Distrito Federal, PMDF, decidiu implementar um plano de qualificação profissional de seus integrantes, especialmente os de baixo grau hierárquico (soldados, cabos e sargentos, formalmente pertencentes ao círculo profissional de praças) introduzindo o ensino superior como um dos principais focos nos processos de formação, especialização e aperfeiçoamento, fossem eles internos ou externos (PMDF, 2007a, 2008).

No segundo semestre de 2008, a PMDF iniciou a oferta de bolsas de estudos contratando a Universidade Católica de Brasília (UCB), para a realização do processo seletivo vestibular e do Curso Superior de Tecnologia em Segurança e Ordem Pública (TecSOP). Ao final do ano de 2013, mais de 5.000 praças policiais militares haviam se formado no TecSOP.

Para a PMDF, a perspectiva em relação ao ensino superior para praças foi a de formação adequada e específica de um novo tipo de policial, dotado das competências e habilidades requeridas pelo processo de prevenção próprio dos estados democráticos de direito, que privilegia o respeito à dignidade e aos direitos humanos, tornando-o capaz de se perceber como um elo essencial de interação com a comunidade e com as demais agências de governo na busca de soluções conjuntas para a resolução dos diferentes conflitos sociais e comunitários relacionados ao crime, à violência e à desordem (PMDF, 2007b, 2007a, 2008).

Para a Universidade Católica de Brasília, a expectativa foi de desenvolver uma formação de profissionais na área de segurança pública que estivesse pautada na responsabilidade social, a partir da agregação de sólidos conhecimentos teóricos e práticos direcionados para a compreensão dos problemas sociais relacionados à violência e à criminalidade nas comunidades e no mundo, para a compreensão das dinâmicas políticas e do próprio sistema de segurança pública nacional e local e, finalmente, para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle do crime, da violência e da intervenção e controle efetivo dos problemas encontrados.



Um dos problemas desse processo, nos dois âmbitos, está no fato de que não houve qualquer avaliação inicial anterior ao TecSOP, ou mesmo, ao longo do processo de formação, que pudesse traduzir as expectativas dos policiais que poderiam realizar o curso e tampouco dos policiais que estavam ou estiveram na condição de supervisores desses policiais.

Entende-se, entretanto, que a avaliação é essencial, ainda que não haja, em relação aos egressos do curso, possibilidade de comparação do tipo antes-depois. Um dos caminhos metodológicos possíveis é a avaliação de autopercepção dos participantes do curso, a partir da análise dos resultados percebidos pelos que estiveram a ele expostos. Outra abordagem possível e não mutuamente excludente com a anterior, é a de conhecer e analisar as atitudes dos supervisores policiais militares com relação aos efeitos percebidos do ensino superior nas práticas profissionais dos indivíduos que realizaram o TecSOP e que estavam ou estiveram sob sua supervisão. Esses indivíduos podem apresentar um conjunto de atitudes que, comparadas à autopercepção dos policiais egressos permitirão inferir os resultados do ensino superior à que estiveram expostos.

Este artigo tratou de conhecer as atitudes dos supervisores policiais militares sobre ensino superior para praças da PMDF, respondendo às seguintes questões: (i) Os supervisores policiais militares consideram o ensino superior como um mecanismo de melhoria do trabalho policial? (ii) Os supervisores policiais militares consideram relevante a formação de nível superior para praças policiais militares?

Para responder a tais questões, optou-se por uma abordagem metodológica quantitativa, por meio de pesquisa de levantamento (*survey*), com a utilização de um questionário aplicado aos indivíduos que compuseram a amostra. Tal abordagem, como um estudo inicial, pareceu ser mais adequada às condicionantes apresentadas para a pesquisa, quais sejam, disponibilidade e disposição dos sujeitos em participar da pesquisa.

2. MÉTODO

O estudo, de caráter exploratório, teve por objetivo avaliar as atitudes dos supervisores policiais militares em relação ao ensino superior como um mecanismo



de melhoria da qualidade do trabalho de praças policiais militares. Tomou-se como referência para a análise e reflexão dos supervisores, os policiais militares que realizaram o curso superior de tecnologia em Segurança e Ordem Pública (TecSOP), no período de 2008 a 2013, e que estiveram ou estavam sob a supervisão dos participantes.

Como se trata de acessar membros de uma instituição policial com características particulares em relação à interação com seus membros, em especial as relacionadas hierarquia, disciplina e procedimentos burocráticos, alguns cuidados específicos tiveram que ser tomados, particularmente os relacionados ao acesso e agendamento de reuniões para o preenchimento do instrumento de coleta pelos supervisores de graus hierárquicos mais altos, bem como o acesso a dados considerados sensíveis pela organização, especialmente os demográficos e quaisquer outros que viessem a possibilitar individualizações.

3. PARTICIPANTES

Os participantes foram selecionados, conforme disponibilidade e consentimento, de cinco unidades da Polícia Militar do Distrito Federal, sendo duas unidades administrativas e três unidades operacionais. Tais unidades foram escolhidas por reunirem, no momento da pesquisa, policiais militares que realizaram o TecSOP e, conseqüentemente, estiveram ou estavam sob a supervisão dos oficiais lotados naquelas unidades.

A amostra foi constituída de 44 oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (37 homens), dos graus hierárquicos de Tenente ($n=16$), Capitão ($n=10$), Major ($n=11$), Tenente-Coronel ($n=6$) e Coronel ($n=1$), todos com nível superior completo, condição para o exercício do oficialato e decorrente, primariamente, da formação na Academia de Polícia Militar. O tamanho da amostra ficou condicionado ao número de participantes disponíveis, o qual, embora aquém daquele considerado, em regra, como mínimo necessário por item (5 por item conforme Pasquali, 2012), apresentou indicadores que permitiram sua utilização (GUADAGNOLI & VELICER, 1988; MACCALLUM, WIDAMAN, ZHANG, & HONG, 1999).



4. MATERIAL E PROCEDIMENTOS

Não tendo sido encontrados instrumentos validados especificamente para a avaliação de atitudes de supervisores em relação aos efeitos percebidos do curso superior em práticas policiais, decidiu-se desenvolver um instrumento que pudesse coletar os dados de interesse da pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário com escalas definidas para medir atitudes de supervisores em relação ao ensino superior para praças policiais militares, elaborado e estruturado em concordância com os procedimentos recomendados pela *American Educational Research Association* (AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION et al, 2014; SOUZA, 2017), a partir da literatura de referência (PAOLINE et al., 2015; SHERNOCK, 1992; TELEP, 2011).

O questionário utilizado foi estruturado em 2 partes sendo a primeira com 15 itens ($\alpha = 0,95$), utilizando escala de 10 pontos em que 0 corresponde a “Nenhum impacto” e 10 a “Impacto muito grande”, os quais tiveram por objetivo medir a atitude dos supervisores sobre a educação superior como meio de melhoria do trabalho policial militar (AESTP). A segunda parte incluiu 3 itens destinados a medir a atitude dos supervisores em relação a relevância da educação superior para praças policiais militares e foram construídos separadamente, com escalas diferenciadas.

Nesta segunda parte, o primeiro item mediu a atitude em relação a educação superior como meio de tornar o policial militar mais eficiente e eficaz no seu trabalho. Foi utilizada escala de 10 pontos em que 0 corresponde a “Totalmente Desnecessária” e o 10 a “Totalmente Necessária”. O segundo item mediu a atitude em relação ao grau de satisfação percebido pelos supervisores, nos policiais que realizaram o TecSOP. A escala utilizada foi de 10 pontos, em que o 0 corresponde a “Muito Insatisfeitos” e o 10 a “Muito Satisfeitos”. O terceiro e último item mediu a atitude em relação à exigência de curso superior como requisito para o ingresso como soldado na PMDF. Foi utilizada escala de 10 pontos, na qual 0 corresponde a “Discordo Totalmente” e 10 a “Concordo Totalmente”.

Além da escala de atitudes, o instrumento também coletou dados demográficos de interesse. Foi solicitado aos participantes que informassem o grau



hierárquico atual, tempo de serviço na Polícia Militar em anos, o tempo de serviço no grau hierárquico atual em anos, o sexo e a idade do participante.

A pesquisa, entre ações administrativas e coleta de dados, ocorreu no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, com o a devida autorização do Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e suporte do Departamento de Educação e Cultura da corporação.

5. PROCEDIMENTOS

O questionário foi aplicado em datas e horários diferentes, determinados pela agenda dos participantes. O instrumento foi apresentado em 5 páginas impressas. A primeira página continha texto de sensibilização, motivação e estímulo ao participante para responder ao questionário, bem como em relação a aspectos éticos e de confidencialidade da pesquisa. Também foi inserido um item de concordância de participação voluntária, o qual o participante deveria assinalar. Na segunda página foram inseridos orientações e exemplo para o preenchimento. Em seguida, as questões numeradas, respeitando-se as partes a que correspondiam.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Foi conduzida uma Análise Fatorial por Componentes Principais (ACP) (FÁVERO & BELFIORE, 2017; FÁVERO ET AL., 2009; FIELD, 2013; HAIR ET AL., 2009; MARÔCO, 2014), com o uso do pacote estatístico IBM SPSS versão 23. Na análise preliminar, o exame das correlações revelou que 93,3% apresentaram valores superiores a 0,30. O *KMO* foi de 0,80, classificado como meritório segundo os critérios de Hair, Anderson, Tatham, & Black, (2009). O Teste de Esfericidade de Bartlett foi significativo ($\chi^2 = 630,16$; $p < 0,001$). A diagonal das correlações anti imagem foi toda superior a 0,50 e 88,3% estavam abaixo de 0,30, em módulo. Portanto, os valores apresentados demonstraram a viabilidade da realização da análise (DAMÁSIO, 2012; FIELD, 2013).

7. RESULTADOS

Foram acessados 44 oficiais policiais militares sendo 37 (84%) do sexo masculino. A idade apresentou $\bar{x} = 40,3$ anos ($DP = 7,15$; $Mo = 30$); o tempo médio



de serviço total na polícia militar foi $\bar{x} = 17,9$ anos ($DP = 9,04$; $Mo = 10$), enquanto que o tempo de serviço na polícia militar teve $\bar{x} = 17,6$ anos ($DP = 9,07$; $Mo = 29$). O tempo de serviço no posto hierárquico atual teve $\bar{x} = 1,93$ anos ($DP = 1,99$).

O perfil da amostra indicou um agrupamento de profissionais com um tempo de serviço médio que, provavelmente, lhes terá permitido chefiar diretamente muitos policiais militares, oficiais e praças, de diferentes graus hierárquicos em diversos momentos de suas carreiras profissionais viabilizando, como supõe a pesquisa, a possibilidade concreta de comparação entre seus subordinados que detém curso superior e os que não têm. Vale lembrar que os supervisores pesquisados tiveram sob seu comando, policiais egressos do TecSOP, o que os habilitou como participantes do estudo.

Em relação à Análise Fatorial por Componentes Principais (ACP), os dados a partir do critério de Kaiser-Guttman, bem como o exame do gráfico *screeplot* apresentaram 3 fatores com *eigenvalues* superiores a 1 e variância total explicada de 76,9. Todas as comunalidades foram superiores a 0,6, com uma comunalidade média de 0,77, corroborando a adequação da ACP. O Alpha de Cronbach para todos os itens foi de 0,94, indicando alta confiabilidade do conjunto total de itens.

A Tabela 1 apresenta as cargas fatoriais obtidas através da rotação ortogonal Varimax. Denominou-se o primeiro fator de Comunicação e Relacionamento, por tratar-se de um conjunto de itens que conjugam os aspectos relacionados às habilidades de relacionamento e comunicação dos policiais em todos os níveis organizacionais e ao exterior da organização. O fator ainda considera a capacidade de comunicação verbal e escrita dos policiais, o que parece ser explicada como uma ferramenta essencial do trabalho policial na perspectiva dos supervisores, assim como são atributos identificados na literatura relacionada, como possíveis resultantes da exposição a uma formação de nível superior (BARO & BURLINGAME, 1999; CARTER & SAPP, 1990; CARTER ET AL., 1989; RYDBERG & TERRILL, 2010; HILAL, DENSLEY, & ZHAO, 2013; TROVATO, 2008).

O fator 2, denominado Qualidade do Trabalho Policial, engloba os itens que remetem aos resultados do trabalho policial, o qual os supervisores indicaram como possível resultante de uma exposição a uma formação de nível superior. Estão



incluídos nesse grupo o uso adequado de técnicas policiais; uso da força e dos demais equipamentos e recursos policiais; respeito nas relações entre a polícia e os cidadãos; quantidade de trabalho produzido; resiliência e tolerância dos policiais diante das situações adversas a que são expostos e dos quais se espera o comportamento adequado na resposta a cada uma dessas situações.

Em relação ao fator 2, parece ser convergente a percepção de que a educação de nível superior prepara indivíduos policiais para atender melhor a população, considerando os diferentes aspectos que as caracterizam e adequando os meios e a intensidade das respostas requeridas (CARTER; SAPP; STEPHENS, 1989; PAOLINE; TERRILL, 2007; VODICKA, 1994).

O fator 3, intitulado Capacidade Técnica, reúne itens que dizem respeito à capacidade de solucionar os problemas das comunidades onde trabalham, se servindo de métodos e técnicas adequadas para identificar e implementar soluções, em especial os problemas de crimes e desordem que podem estar afetando ou venham a afetar tais comunidades.

Nesse sentido e de acordo com a literatura a respeito do tema, é esperado que uma formação de nível superior seja capaz de desenvolver nos policiais capacidade de análise crítica, além de dotá-los com instrumentos e ferramentas, teóricas e práticas, que lhes permitam lidar com as questões relacionadas à segurança pública de maneira que não se limitem exclusivamente à reprodução de soluções técnicas, pouco inovadoras e sem especificidade no tratamento dos problemas identificados, sendo capazes, com certo grau de autonomia, encontrar soluções que satisfaçam os requerimentos legais e/ou psicossociais que possam vir a se deparar, conforme aponta Paynich (2009).

Nesse ponto, embora a literatura atribua o alcance de tais competências também através da experiência diária nas ruas, parece haver consenso de que a formação de nível superior pode reduzir a curva de aprendizagem e aquisição de experiência em tempo mais reduzido, permitindo uma melhor adequação das soluções demandadas pela população, assim como uma melhor execução do trabalho policial com menor nível de supervisão (BRUNS & BRUNS, 2015; BRUNS & MAGNAN, 2014; HILAL ET AL., 2013; TROVATO, 2008).



Deve-se ter em conta as expectativas da Polícia Militar do Distrito Federal, quanto da Universidade Católica como TecSOP, quando buscaram atender, em conjunto, objetivos educacionais que seriam, se alcançados, capazes de desenvolver competências relevantes para um novo patamar de serviço policial, o que parece ter sido alcançado de acordo com os resultados do levantamento inicial feito neste estudo, ao menos na percepção de uma parcela dos oficiais.

Apesar dos resultados iniciais deste estudo, ainda é possível questionar se a associação de variáveis como tempo de serviço e nível de instrução superior poderiam, concomitantemente, apresentar melhoras significativas no trabalho policial. Paoline e Terril (2007) apontam que não há evidências, até aqui, que indiquem haver alguma associação entre essas duas variáveis, especialmente porque, como assevera Wimshurst e Ransley (2007, 2007), ainda não está claro, no âmbito da segurança pública ou da justiça criminal, qual a formação universitária que, de fato, possibilitaria um processo de formação de policiais que atendessem à riqueza e complexidade de situações a que se expõem a todo momento.

Na segunda parte do instrumento, buscou-se conhecer as atitudes dos supervisores em relação à relevância do ensino superior para praças e sua adoção como requisito de entrada na corporação. Foram utilizadas estatísticas descritivas, vez que as questões tratavam, cada uma, de questões específicas e diferentes entre si, inclusive em suas escalas, impossibilitando uma análise do conjunto das três questões, bem como uma medição de confiabilidade pelo Alpha de Cronbach.

Na primeira questão, cerca de 75% ($n=33$) dos participantes indicaram que a educação superior é, sim, um meio para tornar o policial militar mais eficiente e eficaz em seu trabalho ($\bar{x} = 8,52$, $DP = 1,7$). A percepção dos participantes em relação aos policiais militares com curso superior está alinhada, de modo geral, com os resultados dos vários estudos em referência, indicando uma atitude favorável ao ensino superior como um instrumento de melhor qualificação e consequente eficácia do trabalho policial.

A questão subsequente mediu o nível de satisfação percebido pelos supervisores, nos policiais que realizaram o TecSOP e que se encontravam ou se encontraram sob sua supervisão. Na opinião de 41% ($n=18$) dos participantes, esses

policiais militares pareciam estar bastante satisfeitos com o fato de terem realizado o curso ($\bar{x} = 7,25$, $DP = 1,59$).

Embora esse estudo não tenha por objetivo medir a satisfação dos policiais militares que realizaram o TecSOP, considerou importante verificar a opinião dos supervisores sobre o possível grau de satisfação percebido em seus supervisionados. As respostas são congruentes com o que indicam os resultados apontados pela literatura, a exemplo de Hayeslip (1989) para que policiais com nível educacional superior apresentavam maior motivação para o trabalho policial.

Por fim, quando indagados sobre sua opinião a respeito do requisito de curso superior para o ingresso como soldado na PMDF, 68,3% ($n=30$) responderam concordar com a medida adotada pela corporação ($\bar{x} = 7,9$, $DP = 2,87$).

Embora os resultados sobre o ensino superior como requisito de entrada como soldado seja uma medida considerada adequada para a maioria dos pesquisados, cerca de um terço da amostra indicou não ser a melhor medida, entendendo, quando instados a justificar essa opinião, que a complexidade do serviço policial não poderia estar assentada exclusivamente sobre a formação acadêmica dos indivíduos.

A consequência apontada foi de que, a partir de 2009, quando o ensino superior se tornou requisito de entrada na carreira de praças e oficiais, paralelamente também se estendeu a idade máxima para o ingresso, o que, na opinião de alguns dos participantes, levou à perda da jovialidade e hígidez física dos jovens de 18 a 20 anos que regularmente buscavam o ingresso na PMDF, quando o requisito era o ensino médio.

Quanto a isso, é expressiva a fala de um dos participantes: “[...] mas poderíamos pensar que o policial entra na polícia hoje com média de 29 a 30 anos, perdendo o impulso do jovem de 20 anos que era bom para a PMDF”. (Opinião de um oficial com 29 anos de serviço policial).



Tabela 1. Cargas fatorias na Análise de Componentes Principais da AESTP.

Item	Comunicação e Relacionamento	Qualidade do trabalho policial	Capacidade técnica
Melhora na habilidade de relacionamento interpessoal com os pares.	0,90		
Melhora na habilidade de relacionamento interpessoal com supervisores.	0,88		
Melhora na habilidade de relacionamento interpessoal com os subordinados.	0,84		
Habilidade de produzir documentos escritos com o uso correto da linguagem (boletins de ocorrência, relatórios, ofícios etc).	0,78		
Melhora na habilidade de relacionamento interpessoal com os membros da comunidade com os quais interage.	0,75		
Habilidade de comunicar-se verbalmente de maneira correta.	0,65		
Melhoria na qualidade do trabalho policial militar produzido.		0,88	
Utilização adequada e conscienciosa dos equipamentos e materiais colocados à disposição para a execução do trabalho policial militar.		0,85	
Melhoria na quantidade do trabalho policial militar produzido.		0,80	
Aumento da tolerância a ironias, xingamentos e sarcasmos por parte de cidadãos, em especial por ocasião de controle de manifestações sociais.		0,78	
Redução no uso da força e da arma de fogo como primeiros instrumentos para controle, contenção e subjugação de pessoas.		0,67	
Aumento na manifestação de comportamentos cordiais, de atenção e respeito aos cidadãos com os quais interage, bem como com supervisores, pares e subordinados.		0,56	
Aplicação efetiva de métodos e técnicas de solução de problemas.			0,86
Identificação correta de problemas de crime nas comunidades onde trabalham.			0,84
Solução de problemas recorrentes de crime e desordem nas comunidades onde trabalha.			0,58
Eigenvalues	8,33	2,10	1,11
Percentual de variância explicada	55,55	13,98	7,40
Confiabilidade (Alpha de Chronbach)	0,92	0,92	0,91



8. DISCUSSÃO

O senso comum nas polícias militares brasileiras parece indicar a existência de uma relevante separação entre os graus superiores e inferiores da estrutura hierárquica. Historicamente, aos oficiais (estrutura superior) pertence a responsabilidade do comando e, portanto, a identificação e definição de estratégias, planejamento, direção e coordenação de ações. Portanto, vistos como os indivíduos com os melhores aportes intelectuais para a condução dos destinos de suas corporações.

Essa dicotomia vem sendo apontada em diversos estudos como um dos fatores que pode estar impedindo uma maior evolução das organizações policiais militares brasileiras (RICCIO, 2017; SOARES; ROLIM; RAMOS, 2009).

Este estudo, valendo-se de uma técnica estatística bastante utilizada no âmbito das Ciências Sociais e na Análise Fatorial por Componentes Principais, pretendeu identificar e analisar a atitude de supervisores policiais militares frente ao ensino superior para praças policiais, seus subordinados.

A não disponibilidade de um instrumento validado para medir, especificamente as atitudes frente ao ensino superior para policiais, conduziu à necessidade de se estruturar um instrumento que pudesse captar respostas que atendessem aos objetivos da pesquisa, levando-se em conta a extensa bibliografia a respeito do tema, notadamente nos países de língua inglesa, os quais, apesar de terem estruturas policiais que diferem daquelas adotadas no Brasil, parecem ter que lidar, historicamente, com problemas organizacionais similares.

Desde os anos 90, entretanto, o Brasil vem sendo empurrado por uma onda de novas percepções a respeito do trabalho policial e a verdadeira complexidade que o constitui. O advento do policiamento orientado à comunidade ou ao policiamento comunitário, como veio a ser conhecido e difundido entre as polícias brasileiras (MOORE; TROJANOWICZ; KELLING, 1988; TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1999), tem sido visto como uma possível solução para quebrar o isolamento e distanciamento das polícias militares em relação à sociedade, situação, no caso brasileiro, bastante presente no período prévio à Constituição de 1988.



Na perspectiva de uma nova função social da polícia (BALESTRERI, 2010), a necessidade de uma relação positiva com a sociedade e a compreensão mais clara dos problemas de crime e desordem presentes nas comunidades, passou a ser o eixo condutor do trabalho policial e, conseqüentemente, indutor de novos modos de formar e capacitar policiais, especialmente aqueles diretamente envolvidos no trabalho de rua, tornando-os capazes de, ao compreender o ambiente social em que estão inseridos, identificar possíveis soluções no campo da segurança pública, para os diferentes fenômenos que venham a se deparar.

Em suma, a década de 90 passa a impor às polícias militares brasileiras a formação de “um novo policial militar”, que fosse capaz de responder aos avanços da sociedade com suas diferenças intrínsecas e as conseqüências delas advindas.

Este estudo, ainda que em caráter exploratório, demonstrou que, se no passado havia um distanciamento entre oficiais e praças das polícias militares em relação às funções que cada grupo detém, no presente, ainda que a estrutura tenha se mantido, há um reconhecimento por parte dos oficiais, de que a formação intelectual das praças pode ser determinante para o sucesso do trabalho policial.

Oficiais com a função natural de supervisores parecem compreender que um indivíduo melhor preparado intelectualmente, têm condições de desempenho profissional mais eficiente e eficaz, especialmente em áreas que vêm se tornando essenciais para a legitimação da polícia junto à sociedade, tais como a comunicação e o relacionamento positivo com as comunidades e a capacidade de identificar problemas e propor soluções locais para eles, visão evidenciada pelos resultados fatoriais identificados neste estudo e os resultados apontados na bibliografia que apoia este estudo.

Essa visão se justifica na medida em que policiais militares, na maior parte de seu tempo de trabalho, atuam de forma isolada e autônoma, seja individualmente ou em pequenos grupos, dos quais a população espera respostas adequadas e especificamente endereçadas quando recorre aos seus serviços.

É forçoso reconhecer, entretanto, as limitações deste estudo, seja em relação ao tamanho da amostra, seja pela limitação a uma única técnica de análise, apesar de ser metodologicamente sustentável a partir da literatura especializada, como foi demonstrado na seção de análise dos resultados e subseqüentes, limitações



essas impostas pela disponibilidade de oficiais para a aplicação do instrumento e do tempo disponível para a pesquisa.

Reuniu-se evidências diretas de um posicionamento favorável ao aperfeiçoamento intelectual e profissional das praças policiais militares, o que sugere a possibilidade de que tais evidências possam ser melhor demonstradas em um estudo de maior amplitude com a utilização de técnicas multimétodos que agreguem medições de natureza quantitativa e qualitativa, o que se coloca como proposta para futuras pesquisas.

Também parece ser razoável, como indicação para estudos futuros, considerar que os resultados apontados pela literatura não são totalmente conclusivos em relação aos impactos diretos do ensino superior na atitude, no comportamento dos policiais e na qualidade do trabalho policial, o que requer ampliar a visão para considerar outras variáveis, como o tempo de estudos de nível superior, as áreas de formação dos novos entrantes na PMDF e, mesmo, a questão vocacional, considerados os requisitos de dedicação e os níveis de desgaste provocados pela atividade policial militar.

Por fim, considerada a experiência do TecSOP vivida por praças da PMDF, parece também ser forçoso admitir que ainda é necessário uma profunda avaliação se o ensino superior em qualquer área de formação como requisito de entrada é a melhor forma de se recrutar e selecionar quadros para a corporação ou, ao contrário, se não seria conveniente pensar em uma formação de nível superior *interna corporis*, considerando que, no caso da PMDF, já há reconhecimento legal de sua competência através de seu sistema de ensino, para a formação de nível superior de seus quadros, seja de forma totalmente autônoma ou em parceria com outras instituições de ensino superior, como, de resto, já vem acontecendo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da PMDF com o projeto TecSOP parece ter colocado em evidência a possibilidade de, efetivamente, se mudar o modo como as polícias militares se relacionam com seu mundo, interno e externamente. Entretanto, dado o caráter do estudo e a dimensão da amostra adotada, há de se reconhecer a impossibilidade de generalização dos achados, até mesmo entre a totalidade dos oficiais da PMDF, o que impõe, repita-se, a necessidade de maior abrangência do



escopo no âmbito da corporação e além, alcançando outras instituições congêneres, mas que estão inseridas em contextos culturais diferentes, o que parece ser um grande e excelente desafio para a academia, num processo de maior aproximação com as instituições policiais brasileiras.

A análise conduzida neste estudo sugere que a educação superior para praças policiais militares proporciona melhores oportunidades profissionais ao interior da instituição policial, talvez limitadas apenas por questões legais; produz melhoria perceptível no trabalho profissional, especialmente quando relacionado à interação com outras pessoas, pares, chefes, subordinados e demais cidadãos; e é considerada como um requisito importante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos praças policiais militares, bem como para ingresso na corporação, ressalvadas as questões relacionadas às possíveis áreas de formação dos ingressantes.



10. REFERÊNCIAS

- AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION et al. **Standards for educational and psychological testing**. American Educational Research Association, 2014.
- BALESTRERI, R. B. **Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)** (E. N. de A. Pública, Ed.) **Concurso Inovação na Gestão Pública Federal** Brasília, 2005.
- BALESTRERI, R. B. Um novo paradigma de segurança pública. In: COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. (Eds.). . **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.
- BARO, A. L.; BURLINGAME, D. Law enforcement and higher education: Is there an impasse? **Journal of Criminal Justice Education**, v. 10, n. 1, p. 57–73, mar. 1999.
- BENNETT, R. R.; MARSHALL, I. H. Criminal justice education in the United States: A profile. **Journal of Criminal Justice**, v. 7, n. 2, p. 147–172, jun. 1979.
- BRASIL, M. DA J. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública** (A. da S. Passos, Ed.) Brasília Secretaria Nacional de Segurança Pública, , 2014.
- BRECI, M. G. The transition to community policing: the department's role in upgrading officers' skills. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 20, n. 4, p. 766–776, 1997.
- BRUNS, D. Reflections from the one-percent of local police departments with mandatory four-year degree requirements for new hires: are they diamonds in the rough? **The Southwest Journal of Criminal Justice**, v. 7, n. 1, p. 88, 2010.
- BRUNS, D. L.; BRUNS, J. W. Assessing the Worth of the College Degree on Self-perceived Police Performance. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 26, n. 2, p. 121–146, abr. 2015.
- BRUNS, D.; MAGNAN, K. Police Officer Perspectives on Higher Education: Is the Degree a Necessary Ingredient for the Performance and Behavior of Police Officers? **Journal of Law and Criminal Justice**, v. 2, n. 2, p. 27–45, 2014.
- BUERGER, M. E. Educating and Training the Future Police Officer. **The FBI Law Enforcement Bulletin**, v. 30, p. 1–7, 2004.
- CARTER, D. L.; SAPP, A. D. The evolution of higher education in law enforcement: Preliminary findings from a national study. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 1, n. 1, p. 59–85, 1990.
- CARTER, D. L.; SAPP, A. D.; STEPHENS, D. W. **The State of Police Education: Policy Direction for the 21st Century**. Washington, DC: Police Executive Research Forum, 1989.
- DAMÁSIO, B. F. **Uso da análise fatorial exploratória em psicologia** Avaliação Psicológica scielo/pepsic, , 2012.
- DOUTHIT, N. August Volmer. In: KLOCKARS, C. B. (Ed.). . **Thinking About Police: Contemporary Readings**. 1. ed. McGraw-Hill, 1983.



FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. [s.l.] Elsevier Editora Ltda., 2017.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. 4. ed. London: Sage Publications Ltd., 2013.

GUADAGNOLI, E.; VELICER, W. F. Relation of sample size to the stability of component patterns. **Psychological bulletin**, v. 103, n. 2, p. 265, 1988.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

HAYESLIP, D. W. J. Higher Education and Police Performance Revisited: The Evidence Examined through Meta-Analysis. **American Journal of Police**, v. 8, n. 2, p. 49–63, 1989.

HILAL, S.; DENSLEY, J.; ZHAO, R. Cops in College: Police Officers' Perceptions on Formal Education. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 24, n. 4, p. 461–477, dez. 2013.

JOHNSTON, W. C.; CHEURPRAKOBKIT, S. Educating our police: perceptions of police administrators regarding the utility of a college education, police academy training and preferences in courses for officers. **International Journal of Police Science and Management**, v. 21, n. 4, p. 182–197, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A Formação Policial em Questão. In: **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. p. 289.

KAPPELER, V. E.; SAPP, A. D.; CARTER, D. L. Police Officer Higher Education: citizen complaints and departmental rule violations. **American Journal of Police**, v. 11, p. 37–54, 1992.

KELLING, G. L. et al. (S.28) The Kansas City Preventive Patrol Experiment. 1974.

MACCALLUM, R. C. et al. Sample size in factor analysis. **Psychological methods**, v. 4, n. 1, p. 84, 1999.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 6ª ed. Pêro Pinheiro, Portugal: ReportNumber, Lda, 2014.

MOORE, M. H.; TROJANOWICZ, R. C.; KELLING, G. L. Crime and Policing. **Perspectives on Policing**, n. 2, 1988.

PAOLINE, E. A.; TERRILL, W. Police Education, Experience, and the Use of Force. **Criminal Justice and Behavior**, v. 34, n. 2, p. 179–196, 2007.

PAOLINE, E. A.; TERRILL, W.; ROSSLER, M. T. Higher Education, College Degree Major, and Police Occupational Attitudes. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 26, n. 1, p. 49–73, 2015.



- PASQUALI, Luiz. **Análise Fatorial Para Pesquisadores**. Brasília: LabPAM, 2012.
- PAYNICH, Rebecca L. **The Impact of a College-Educated Police Force: a review of the literature**. Grafton, MA, 2009.
- PMDF. **Projeto Ensino Superior para Policiais Militares do Distrito Federal**. Brasília: PMDF, 2007a.
- PMDF. **Plano Diretor para a Reestruturação do Sistema de Ensino e do Sistema de Gestão do Conhecimento da PMDF**. Brasília: PMDF, 2007b.
- PMDF. **Projeto Básico: “Projeto Policial do Futuro: Ensino Superior para Policiais Militares**. Brasília: PMDF, 2008.
- RICCIO, V. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, n. 0, p. 1–18, 2017.
- ROBERG, R.; BONN, S. Higher education and policing: where are we now? **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 27, n. 4, p. 469–486, 2004.
- RYDBERG, J.; TERRILL, W. The Effect of Higher Education on Police Behavior. **Police Quarterly**, v. 13, n. 1, p. 92–120, 2010.
- SHERNOCK, S. The Effects of College Education on Professional Attitudes Among Police. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 3, n. 1, p. 71–92, 1992.
- SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. **O que pensam os profissionais da segurança pública , no Brasil**. Brasília: 2009.
- SOUZA, N. G. DE. Adaptação de escala de atitudes de policiais militares frente ao ensino superior. **Programa de Pós-Graduação PSTO-UnB**, 2017.
- TELEP, C. W. The Impact of Higher Education on Police Officer Attitudes toward Abuse of Authority. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 22, n. 3, p. 392–419, set. 2011.
- TORRES, C.; NEIVA, E. R. **Psicologia Social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.
- TROJANOWICZ, R. C.; BUCQUEROUX, B. **Policimento comunitário: como começar**. Polícia Militar do Estado de Sao Paulo, 1999.
- TROVATO, G. F. **A study of factors impacting Ontario police participation in higher education**. Toronto: 2008.
- VODICKA, A. T. Educational Requirements for Police Recruits. **Law and Order**, v. 420, p. 91–94, 1994.
- WEINER, N. L. The effect of education on police attitudes. **Journal of Criminal Justice**, v. 2, n. 4, p. 317–328, dez. 1974.
- WIMSHURST, K.; RANSLEY, J. Police education and the university sector: Contrasting models from the Australian experience. **Journal of Criminal Justice Education**, v. 18, n. 1, p. 106–122, 2007.

